

BULLYING E CYBERBULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR: IMPACTOS E CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO

BULLYING AND CYBERBULLYING IN THE SCHOOL CONTEXT: IMPACTS AND PATHS TO PREVENTION

BULLYING Y CYBERBULLYING EN EL CONTEXTO ESCOLAR: IMPACTOS Y CAMINOS HACIA LA PREVENCIÓN

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-375>

Data de submissão: 28/10/2025

Data de publicação: 28/11/2025

Geraldo Caliman

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Católica de Brasília

E-mail: ger.caliman@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2051-9646>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0986657832961163>

Elissélia Paes

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Católica de Brasília

E-mail: elisselia.paes@ifb.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1333-9508>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4130941846397528>

Jullyana Souza Santos

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Católica de Brasília

E-mail: jullyanasouzacontato@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7383-1062>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3580387526192337>

Rita de Cássia de Almeida Rezende

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Católica de Brasília

E-mail: ritinhademaria@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3354-7972>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3287790767774952>

Welton Dias de Lima

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Católica de Brasília

E-mail: welton.dias.2021@outlook.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6879-6250>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7878793118050358>

RESUMO

O presente artigo apresenta um recorte de uma pesquisa desenvolvida em Brasília, trazendo os resultados referentes a uma instituição social de Brasília-DF, que atende adolescentes em situação de vulnerabilidade. Adotou-se uma abordagem mista, por meio da aplicação de questionário, contemplando dimensões como uso da internet, vivências de cyberbullying, percepções subjetivas e impactos emocionais. A amostra foi composta por 135 estudantes. Os resultados indicaram que o bem-estar dos adolescentes não está diretamente relacionado ao tempo de uso das redes sociais, mas sobretudo à qualidade das relações interpessoais, ao contexto de convivência e à coesão familiar. Os achados reforçam a importância da escola como espaço de convivência ética, a necessidade do letramento digital crítico e a prevenção de violências.

Palavras-chave: Bullying Escolar. Cyberbullying. Letramento Digital Crítico. Convivência Escolar. Adolescentes.

ABSTRACT

This article presents a section of research conducted in Brasília, focusing on results from a social institution in Brasília-DF that serves vulnerable adolescents. A mixed-methods approach was adopted, using a questionnaire that covered dimensions such as internet use, experiences of cyberbullying, subjective perceptions, and emotional impacts. The sample consisted of 135 students. The results indicated that the well-being of adolescents is not directly related to the time spent using social networks, but rather to the quality of interpersonal relationships, the context of coexistence, and family cohesion. The findings reinforce the importance of school as a space for ethical coexistence, the need for critical digital literacy, and the prevention of violence.

Keywords: School Bullying. Cyberbullying. Critical Digital Literacy. School Coexistence. Adolescents.

RESUMEN

Este artículo presenta una sección de una investigación realizada en Brasilia, centrada en los resultados de una institución social de Brasilia-DF que atiende a adolescentes vulnerables. Se adoptó un enfoque de métodos mixtos mediante un cuestionario que abarcó dimensiones como el uso de internet, las experiencias de ciberacoso, las percepciones subjetivas y el impacto emocional. La muestra estuvo compuesta por 135 estudiantes. Los resultados indicaron que el bienestar de los adolescentes no está directamente relacionado con el tiempo dedicado al uso de las redes sociales, sino con la calidad de las relaciones interpersonales, el contexto de convivencia y la cohesión familiar. Los hallazgos refuerzan la importancia de la escuela como espacio para la convivencia ética, la necesidad de alfabetización digital crítica y la prevención de la violencia.

Palabras clave: Acoso Escolar. Ciberacoso. Alfabetización Digital Crítica. Convivencia Escolar. Adolescentes.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, embora concebido como espaço de socialização, aprendizagem e formação cidadã, tem sido marcado pela recorrência de diferentes formas de violência. Entre elas, o *bullying* destaca-se como uma das manifestações mais comuns entre adolescentes, caracterizando-se por agressões físicas, verbais ou psicológicas repetitivas, intencionais e dirigidas a uma vítima específica (Abramovay, 2016). Quando negligenciado, esse tipo de violência tende a se consolidar na cultura escolar, contribuindo para a naturalização de práticas de exclusão, preconceito e humilhação.

Nesse mesmo cenário, marcado por relações escolares muitas vezes desiguais e pouco mediadas, o avanço das tecnologias digitais e o crescimento das interações nas redes sociais têm impulsionado uma nova configuração dessa violência: o *cyberbullying*. Essa modalidade, por ocorrer no ambiente virtual, possui características próprias que potencializam seus efeitos e ampliam o alcance das agressões (Yaegashi et al., 2022). Diante disso, torna-se fundamental compreender a complexidade de tais condutas, seus impactos psicossociais e as estratégias possíveis de prevenção e enfrentamento no contexto escolar.

Embora o *cyberbullying* represente uma forma mais recente dessa violência, os efeitos do *bullying* tradicional permanecem presentes e preocupantes. O *bullying*, seja verbal, físico, psicológico ou social, desequilibra vínculos interpessoais e impacta o rendimento acadêmico das vítimas. Enraizado em assimetrias de poder entre pares, o *bullying* tende a se perpetuar em espaços escolares marcados pela omissão institucional e pela invisibilidade dessas práticas (Abramovay, 2016). É nesse contexto que o ambiente digital se insere, muitas vezes amplificando aquilo que já não é resolvido no espaço físico da escola.

A partir dessa relação entre o presencial e o digital, o *Cyberbullying* se manifesta por meio da utilização de ferramentas online para hostilizar, humilhar, ameaçar ou expor colegas de forma ofensiva, muitas vezes de maneira anônima e com ampla visibilidade pública. Uma de suas características mais marcantes é a persistência do conteúdo ofensivo, que pode permanecer disponível por tempo indeterminado nas plataformas digitais, perpetuando o sofrimento da vítima e dificultando sua superação (Yaegashi et al., 2022).

Diversos estudos vêm se debruçando sobre os efeitos dessa violência digital. Segundo Wang e Ngai (2022) e Xie et al. (2022), jovens expostos ao *cyberbullying* apresentam índices mais elevados de ansiedade, depressão, distúrbios do sono, retraimento social e, em casos extremos, pensamentos de automutilação ou suicídio. Além disso, observam-se prejuízos significativos na vida escolar e familiar, comprometendo vínculos interpessoais e processos de aprendizagem.

Essas evidências encontram eco no contexto brasileiro. Dados do Colégio Notarial do Brasil – Seção Distrito Federal (CNB-DF, 2023) revelam um aumento de 22% nos registros de atas notariais sobre bullying e cyberbullying entre 2007 e 2023, totalizando 2.453 ocorrências. Esse crescimento reflete tanto o avanço dessas práticas quanto a ampliação do seu reconhecimento jurídico, a partir da promulgação da Lei nº 14.811/2024, que tipifica essas condutas como crime. No entanto, mais do que o marco legal, o que chama atenção é a consolidação dessas violências como parte do cotidiano de muitas escolas.

Ainda assim, apesar dos avanços normativos e da maior visibilidade do tema, um dos maiores desafios no enfrentamento do cyberbullying continua sendo o silêncio das vítimas. Diversos estudos indicam que esse silêncio está associado ao medo de represálias, à vergonha, ao sentimento de culpa e à descrença nos adultos e nas instituições responsáveis pela proteção (Vinha et al., 2017). O Quadro 1 organiza de forma sistemática os fatores que ajudam a compreender por que muitas vítimas optam por não denunciar:

Quadro 1 – Motivos recorrentes para o silêncio das vítimas de *Cyberbullying*

Causa	Descrição
Medo de retaliação	Receio de intensificação das agressões ou punições injustas após a denúncia.
Vergonha, culpa ou isolamento	Sensação de humilhação pública e interiorização da culpa.
Falta de apoio e escuta de adultos	Ausência de diálogo com professores, gestores ou responsáveis.
Falta de clareza sobre os canais de denúncia	Desconhecimento de como e onde denunciar (escola, família, polícia, plataformas).
Temor da reação dos pais	Medo de ser punido com a perda do celular ou da liberdade digital.
Agressor faz parte do círculo social	Risco de comprometer vínculos de amizade e convívio.
Consideram “brincadeira”	A violência é naturalizada como parte da interação cotidiana.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Vinha et al. (2017).

O último ponto do quadro, ao tratar das “brincadeiras” que causam sofrimento, merece atenção especial. Muitos adolescentes não reconhecem determinados comportamentos como formas de violência, o que evidencia a urgência de ações educativas voltadas à construção de uma cultura de respeito e empatia. Esse processo passa, necessariamente, pela ampliação da percepção crítica dos estudantes e pela desnaturalização de práticas agressivas no cotidiano escolar (Vinha; Rego; Tonelli, 2017).

Como destaca o 2º Boletim Técnico “Escola que Protege: Dados sobre Bullying e Cyberbullying (2025), “o reconhecimento da violência é apenas o primeiro passo: é preciso que ele se traduza em ações coerentes, contínuas e integradas” (p. 18). A expressão grifada ressalta a importância de intervenções permanentes e articuladas, que vão além de respostas pontuais a situações de crise.

Assim, como promover práticas efetivas de conscientização dentro das escolas? O enfrentamento dessas violências exige ações que estejam incorporadas ao planejamento escolar e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), envolvendo toda a comunidade escolar — estudantes, professores, equipe gestora, famílias e colaboradores (Abramovay, 2016; UNESCO, 2019).

Entre as ações estratégicas que podem ser desenvolvidas, destacam-se:

- a) campanhas educativas permanentes, que conceituem o Cyberbullying e alertem sobre suas implicações pessoais e jurídicas (Yaegashi et al., 2022);
- b) criação de canais acessíveis e anônimos de denúncia, que inspirem confiança nos estudantes (CNB-DF, 2023);
- c) formações continuadas para a comunidade escolar, com foco em escuta qualificada e mediação de conflitos (Vinha; Rego; Tonelli, 2017);
- d) promoção de espaços de diálogo e escuta ativa, fortalecendo o sentimento de pertencimento e proteção (Morin, 2003).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com adolescentes de uma instituição localizada em Brasília - DF, buscando compreender suas percepções sobre *bullying* e *Cyberbullying*, bem como identificar os impactos dessas experiências no uso das redes sociais e em sua convivência escolar.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva, de abordagem mista (quantitativa e qualitativa), com o propósito de ampliar a consistência analítica dos achados. O componente quantitativo possibilitou a mensuração de variáveis objetivas, tais como tempo médio de uso da internet, frequência de exposição ao *cyberbullying*, número de aplicativos utilizados e percepções de segurança digital. Já a vertente qualitativa permitiu interpretar de forma aprofundada as experiências e significados atribuídos nas percepções dos adolescentes, bem como o nível de responsabilidade parental. Do ponto de vista qualitativo foi possível a inferência de situações que envolvam essa temática preocupante e tão importante.

A pesquisa foi desenvolvida em Portugal e no Brasil, contemplando adolescentes de 13 a 18 anos matriculados em instituições de diferentes contextos socioeconômicos. Este artigo, entretanto,

apresenta apenas os resultados referentes ao recorte brasileiro, especificamente de uma instituição social sem fins lucrativos localizada em Brasília - DF, voltada à qualificação socioprofissional de jovens em situação de vulnerabilidade.

O questionário aplicado, elaborado pelo professor Allenksander Veraksa, especialista em adolescência e comportamento online, contemplou dimensões centrais: uso da internet e dependência tecnológica; vivências de *bullying* e *cyberbullying* (nas condições de vítima, agressor e/ou testemunha); percepções subjetivas acerca dessas práticas; e impactos emocionais e sociais relacionados às tecnologias digitais.

A amostra foi composta por 135 estudantes, a coleta ocorreu presencialmente, sob supervisão de pesquisadores capacitados. Foram assegurados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis e o Termo de Assentimento aos adolescentes, observando rigorosamente a Resolução CNS nº 510/2016 (Brasil) e regulamentações equivalentes em Portugal.

3 RESULTADOS

Com base na análise dos dados, foi possível identificar alguns padrões relevantes sobre o comportamento dos jovens e sua forma de socialização na internet. Observou-se que os adolescentes que passam mais tempo conectados durante a semana tendem a manter o nível de uso nos fins de semana. Entre os mais velhos, porém, esse padrão apresenta nuances: em geral, eles reduzem o tempo de conexão nos dias úteis e concentram o acesso em períodos de lazer.

No que se refere à autoestima e à autoproteção, não foi encontrada uma relação direta entre o tempo de uso das redes sociais e a elevação ou diminuição dessas percepções. Destaca-se, entretanto, a existência de dois núcleos emocionais distintos: um negativo, composto por sentimentos como inutilidade e fraqueza; e outro positivo, formado por respeito, valor próprio e orgulho.

Os dados indicam que a percepção de felicidade não apresenta associação significativa com o tempo que os participantes da pesquisa permanecem online nas redes sociais. O que se mostrou mais determinante foi o contexto de convivência em que o estudante está inserido, incluindo fatores como relações interpessoais e ambiente social, aspecto também percebido em relação às manifestações de afeto.

Outro achado foi a influência das horas de conexão sobre a qualidade do sono, a adoção de hábitos saudáveis e a percepção de segurança. Esses efeitos, contudo, variaram de acordo com a idade, sugerindo mudanças graduais no modo como os adolescentes interpretam e vivenciam sua presença digital.

Embora a constância temporal nas redes sociais tenha se mostrado pouco associada às emoções e à autoestima, os estudantes destacaram impactos claros sobre sono, atenção e interação social, sobretudo quando o uso é excessivo.

No âmbito familiar, o grau de instrução dos pais não apresentou grande interferência no tempo dedicado à internet. Porém, os relatos indicaram que a presença dos pais e a existência de uma estrutura familiar estável funcionam como fator de proteção: quanto mais presente e coesa a família, menor tende a ser o tempo gasto pelos adolescentes em redes sociais.

4 DISCUSSÃO

O avanço das tecnologias digitais nas últimas décadas transformou profundamente as formas de comunicação, aprendizagem e construção identitária dos sujeitos, especialmente dos adolescentes. Com o uso massivo de dispositivos móveis e o acesso constante às redes sociais digitais, como Instagram, TikTok, WhatsApp e X (antigo Twitter), adolescentes e jovens passaram a experimentar novas formas de sociabilidade, produção cultural e expressão subjetiva. Diante desse contexto, torna-se essencial repensar a função social da escola e a necessidade de promover um letramento digital crítico, capaz de formar sujeitos autônomos, reflexivos e conscientes em relação ao uso das tecnologias.

Conforme aponta Moran (2015), o letramento digital não pode se restringir ao uso técnico das ferramentas digitais, sendo necessário desenvolver competências éticas, comunicacionais e críticas. Para o autor, a escola deve dialogar com os novos modos de aprender dos estudantes e integrar as tecnologias de forma pedagógica e significativa. Ele afirma que “precisamos educar com tecnologias e para as tecnologias, de maneira que os alunos desenvolvam a autonomia, a criticidade e a capacidade de intervir no mundo a partir do que aprendem” (Moran, 2015, p. 48).

Nessa perspectiva, o letramento digital crítico envolve não apenas o acesso e o uso das mídias, mas também a análise de seus conteúdos, a compreensão de seus efeitos sociais e a produção responsável de informação. Essa ideia aproxima-se da noção de multiletramentos desenvolvida por Rojo (2013), que defende a ampliação do conceito tradicional de letramento, incluindo os textos multimodais e as práticas comunicacionais contemporâneas.

Expandir a concepção de letramento para abranger as diferentes linguagens, mídias e contextos culturais, torna-se particularmente significativo diante da complexidade trazida pelas redes sociais no cotidiano dos jovens. O multiletramento configura-se como um caminho para garantir que os adolescentes sejam capazes de transitar com autonomia e criticidade pelos múltiplos contextos e linguagens do universo digital. No entanto, essa autonomia precisa ser entendida não como uma

conquista automática ou naturalizada pelo simples acesso às tecnologias, mas como resultado de um processo educativo sólido e intencional, sustentado por reflexão, diálogo permanente e mediação pedagógica.

Porém, desenvolver essa autonomia implica também reconhecer o cenário em que ela se constrói, perceber os desafios que permeiam o ambiente digital, compreender suas ambiguidades e contradições. Pois, se de um lado as redes sociais ampliam as possibilidades de expressão, participação e criação entre os jovens, de outro, colocam esses mesmos sujeitos diante de situações que podem fragilizar sua estabilidade emocional e afetar diretamente a construção da própria identidade. Não são raros os casos de exposição excessiva da intimidade, da pressão para se enquadrar em padrões inalcançáveis, ou ainda da vivência de práticas como o *bullying* e discursos marcados pela intolerância.

Livingstone (2011), ao estudar o comportamento dos adolescentes nas redes sociais, chama atenção para as consequências negativas relacionadas ao uso pouco crítico dessas plataformas. Ela ressalta que, apesar de proporcionarem aos jovens maior autonomia e liberdade, esses ambientes também expõem a situações de exclusão, *bullying*, discursos agressivos e padrões irreais de beleza e sucesso. Essas vivências acabam favorecendo o surgimento de problemas emocionais, como ansiedade, depressão e baixa autoestima, afetando inclusive a vida escolar e as relações sociais dos adolescentes.

Não é raro que conflitos que começam nas redes sociais ultrapassem o digital e se instalem no cotidiano da escola. Muitas vezes, o que parece restrito a um comentário ou uma postagem se transforma em tensão entre colegas, afetando o clima de convivência, o bem-estar emocional dos envolvidos e, inevitavelmente, o processo de aprendizagem. Exposição de colegas, julgamentos públicos e disputas por visibilidade acabam reverberando nas relações, tanto no grupo como também em cada sujeito.

Além disso, muitos professores têm percebido que manter a atenção dos estudantes se tornou um desafio diário. Há uma resistência clara a propostas que seguem o formato tradicional de aula. Vivemos um tempo em que as redes sociais e as tecnologias ocupam um lugar central na vida dos jovens, não apenas como ferramentas, mas como espaços onde se constroem afetos, pertencimento e identidade. Diante disso, não basta atualizar metodologias, é preciso repensar a escola como um todo. Criar espaços reais de escuta, de acolhimento e de diálogo deve ser parte da rotina, e não algo eventual. Isso exige que a educação dialogue com outros saberes, como os da psicologia, da sociologia, e da própria experiência, para responder aos modos de ser e agir que vêm sendo moldados pelas dinâmicas da cultura digital.

O sentimento de pertencimento, especialmente durante a adolescência, é essencial para a formação da autoestima e da identidade dos estudantes. As redes sociais, por sua forte presença no cotidiano juvenil, se tornaram espaços importantes nesse processo, permitindo que os jovens compartilhem experiências, se expressem e construam vínculos. No entanto, esses mesmos espaços também funcionam como arenas de julgamento, competição e exclusão. Livingstone (2011) chama atenção para a importância de garantir ambientes que valorizem a diversidade e promovam a inclusão, assegurando que todos os jovens se sintam reconhecidos e acolhidos em suas singularidades.

Inspirado em Paulo Freire, é possível pensar a educação digital crítica como um processo dialógico, em que o educador atua como mediador da reflexão dos estudantes sobre o mundo e sobre si mesmos. Freire (1996) enfatiza que "ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo" (p. 107). Portanto, letrar digitalmente significa também contribuir para a formação de sujeitos políticos, capazes de ler criticamente os conteúdos que consomem e de produzir informação com responsabilidade social.

Além disso, Jenkins (2009) introduz a ideia de cultura participativa, destacando que as redes sociais oferecem oportunidades para que os jovens sejam produtores ativos de conteúdo, em vez de apenas consumidores passivos. Essa participação, no entanto, deve ser orientada por princípios éticos, colaborativos e críticos. Sonia Livingstone (2011), ao pesquisar o uso da internet por crianças e adolescentes na Europa, ressalta a importância da mediação pedagógica no uso das mídias digitais, indicando que as competências digitais precisam ser desenvolvidas em ambientes educativos formais.

Lévy (1999), por sua vez, apresenta a ideia de inteligência coletiva, mostrando como a internet pode ampliar as possibilidades de aprendizagem colaborativa e o compartilhamento de conhecimentos entre diferentes sujeitos. No entanto, ele também alerta que, sem uma orientação crítica, essa inteligência compartilhada pode ser distorcida e colocada a serviço de interesses econômicos ou políticos, favorecendo a disseminação de informações falsas, discursos de ódio e a polarização social.

Diante de tudo isso, torna-se imperativo que os currículos escolares contemplem as competências digitais de maneira transversal e que os professores recebam formação continuada para lidar com os desafios da cultura digital. Isso implica, como defende Rojo (2013), em incorporar práticas pedagógicas que valorizem os multiletramentos e reconheçam os repertórios juvenis como recursos potentes de aprendizagem.

Dessa forma, o letramento digital crítico deve ser compreendido não apenas como uma competência técnica, mas como uma ferramenta fundamental para o exercício pleno da cidadania. Ao formar jovens capazes de utilizar as tecnologias com consciência, responsabilidade e criatividade, a escola contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Nesse horizonte, como nos lembra Freire (1996), educar é sempre um ato político carregado de esperança, uma prática que, ao mesmo tempo em que denuncia desigualdades, anuncia possibilidades e fortalece os sujeitos na luta por transformação e autonomia.

Diante desse cenário, este artigo teve como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com adolescentes, buscando compreender suas percepções sobre *bullying* e *Cyberbullying*, bem como identificar os impactos dessas experiências no uso das redes sociais e em sua convivência escolar.

Os resultados indicam que o bem-estar dos adolescentes não guarda relação com o tempo gasto nas redes sociais. O que pesa é a qualidade dos vínculos, o clima de convivência e a coesão familiar. Esse quadro dialoga com estudos que situam a violência entre pares no campo das relações e não no mero acesso às tecnologias. A escola, quando organiza rotinas de cuidado, mediação e participação estudantil, tende a reduzir práticas agressivas e a ampliar a sensação de segurança.

À luz desse papel da escola, o letramento digital crítico se coloca como eixo de trabalho pedagógico. Não basta ensinar o uso de plataformas; é preciso ler, analisar e produzir conteúdos com responsabilidade, discutindo exposição, privacidade, boatos e discurso de ódio. Em coerência com essa proposta, programas contínuos de escuta e mediação, combinados com canais de denúncia acessíveis, mostram maior aderência entre adolescentes do que ações pontuais.

Por fim, cumpre registrar os limites do estudo: o recorte abrange uma única instituição do Distrito Federal e tem o questionário como instrumento central. Para avançar, recomenda-se ampliar o campo empírico e incluir entrevistas ou grupos focais, de modo a captar sentidos, contextos e dinâmicas de poder entre pares. Ainda assim, mesmo com esse recorte, os achados sustentam a tese de que escola e família, quando atuam juntas, reduzem a naturalização do *bullying* e do *Cyberbullying*.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa mostra que o bem-estar dos adolescentes se ancora nas relações que constroem e no ambiente de convivência em que circulam, e não no tempo de tela. Esse achado desloca o foco do controle de uso das redes para a qualidade dos vínculos e para a presença de referências estáveis na família e na escola. Quando a escola se organiza como espaço de cuidado, com rotinas de mediação e participação estudantil, diminui a margem para agressões e amplia a sensação de proteção, o que repercute na aprendizagem e na vida emocional.

Nesse cenário, o letramento digital crítico deixa de ser um complemento e passa a integrar o currículo. Ensinar a usar plataformas não basta; é preciso formar para leitura atenta, checagem de informações, produção responsável e debate sobre exposição, privacidade e discurso de ódio. Políticas

internas registradas no PPP, formação continuada da equipe, canais de denúncia acessíveis e práticas de escuta que envolvam estudantes e famílias compõem um caminho viável e sustentável. A articulação com a comunidade fortalece pertencimento, reduz o silêncio das vítimas e desnaturaliza condutas que costumam ser vistas como “brincadeira”.

Como contribuição, o estudo oferece evidências para orientar decisões pedagógicas e institucionais: priorizar relações de qualidade, consolidar a escola como ambiente ético de convivência e inserir o letramento digital crítico como prática constante. Ampliações futuras, com amostras diversas e métodos qualitativos, podem aprofundar sentidos, trajetórias e dinâmicas de poder entre pares. Mesmo com esse recorte, os resultados já apontam um horizonte operativo: onde escola e família atuam juntas, o espaço para *bullying* e *cyberbullying* encolhe, e a cultura escolar se move para uma convivência mais respeitosa e formativa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao **Grupo de Pesquisa da Universidade Católica de Brasília**, dedicado ao estudo dos *Impactos do uso e da dependência de mídias sociais sobre o bem-estar e o cyberbullying entre adolescentes*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Bullying escolar: questões de gênero, sexualidade e etnia*. Brasília: UNESCO, 2016.

BOLETIM TÉCNICO. *Escola que Protege: dados sobre bullying e Cyberbullying*. Brasília: Ministério da Educação, 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024*. Altera o Código Penal para agravar penas relacionadas a crimes contra crianças e adolescentes e tipifica o bullying e o Cyberbullying. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2024.

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – SEÇÃO DISTRITO FEDERAL. *Relatório de registros notariais sobre casos de bullying e Cyberbullying*. Brasília: CNB-DF, 2023. Disponível em: <https://www.cnbdf.org.br/relatorio2023>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIVINGSTONE, Sonia. *Os desafios da educação para a mídia digital*. São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2011.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas, SP: Papirus, 2015.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

UNESCO. *Violência e convivência nas escolas: estratégias e desafios*. Brasília: UNESCO, 2019.

VINHA, Telma Pileggi; REGO, Teresa Cristina; TONELLI, Maria José. *Convivência ética e educação moral: fundamentos e práticas*. Campinas: Autores Associados, 2017.

WANG, Xiaoyan; NGAI, Steven S. Y. The impact of Cyberbullying victimization on adolescent mental health. *Children and Youth Services Review*, v. 137, 106487, 2022.

XIE, Jiayu; LIU, Ting; ZHANG, Yajing et al. Cyberbullying and adolescent psychological distress: A meta-analytic review. *Journal of Adolescence*, v. 95, p. 1–10, 2022.

YAEGASHI, Pedro et al. *Cyberbullying: um estudo com adolescentes brasileiros*. São Paulo: Editora Juventude Digital, 2022.